



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

JOSÉ PAULO AREIA DE CARVALHO

DEPUTADO

☐ REQUERIMENTO Número /x (.^a)

☒ PERGUNTA Número /x (.^a)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da Mesa

Assunto: Computador “Magalhães”

Destinatário: Ministério da Educação

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

O computador “Magalhães” tem sido uma forte aposta do actual Governo no âmbito do Plano Tecnológico para a Educação.

Inúmeras têm sido as cerimónias públicas, difundidas amplamente pela comunicação social, de apresentação, distribuição e publicitação do mencionado computador, sendo que, num número considerável delas, estiveram presentes o Senhor Primeiro-Ministro e a Senhora Ministra da Educação.

Nas visitas realizadas às escolas pelo Senhor Primeiro-Ministro, a distribuição de computadores “Magalhães” tem sido uma marca dominante. O apelo à utilização do “Magalhães” pelos alunos mais jovens é recorrente entre os membros do Governo.

O Senhor Primeiro-Ministro, na Cimeira Ibero-Americana, apresentou o “Magalhães” como sendo “o primeiro grande computador ibero-americano”, acrescentando ainda durante a sua intervenção que “foi pensado para as crianças”. A Senhora Ministra da Educação apoiou sempre a distribuição do “Magalhães”, sublinhando inúmeras vezes os seus benefícios para as crianças. O “Magalhães” tornou-se, deste modo, “cartão-de-visita” do actual Governo e a sua *coqueluche* tecnológica, exibida com um quase pueril orgulho. Uma espécie de imagem de marca.

A parte lúdica do computador “Magalhães” é composta por uma assinalável variedade de jogos de carácter educativo e formativo. Cada um desses jogos tem uma apresentação, em breves textos, que explica o respectivo objectivo e regras de funcionamento. Este singelo manual de instruções destina-se a ser lido por cada um dos jovens utilizadores antes de iniciado o “jogo educativo”.

Acontece que a consulta atenta e objectiva do “Magalhães” permite verificar que essas instruções dos jogos contêm erros grosseiros de ortografia, gramática e sintaxe. Estes erros repetem-se ao longo de diversos jogos, tendo sido possível detectar já algumas dezenas! Não se trata de meras *gralhas* de impressão: são erros evidentes, grosseiros e repetidos.

Tudo isto seria simplesmente anedótico não fosse tratar-se de um recurso educativo dirigido a crianças em fase inicial de aprendizagem da escrita da língua portuguesa. Infelizmente, as crianças utilizadoras do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

JOSÉ PAULO AREIA DE CARVALHO

DEPUTADO

“Magalhães” não estão a aprender a jogar os seus jogos em português, mas sim no novo idioma oficioso do Ministério da Educação: o “magalhanês”.

A situação é absolutamente lamentável e revela a leviandade com que o Governo tem abordado o tema do “Magalhães”: muita propaganda e pouco rigor. Este recurso educativo, que – é justo reconhecer - tem potencialidades inegáveis, acaba por falhar pela incompetência de um Governo que nem sequer verifica a qualidade daquilo que distribui!

O “magalhanês” é, sem dúvida, a mais moderna criação linguística do Governo do Partido Socialista!

São necessárias explicações claras sobre o sucedido.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Educação, sejam respondidas as seguintes perguntas:

1. O Ministério da Educação confirma que as instruções dos jogos educativos contidos no computador “Magalhães”, incluem dezenas de erros graves de Língua Portuguesa?
2. Que classificação, de 0 a 20, mereceria, por parte do Ministério da Educação e do ponto de vista da correcção linguística, o texto usado nas referidas instruções?
3. O que pretende fazer agora o Ministério da Educação para suprir a gravíssima falha atrás mencionada?
4. Pondera o Ministério da Educação substituir os programas informáticos instalados nos computadores já entregues às crianças? Em que prazo e através de que meios o irá fazer?
5. Quem suportará os custos inerentes à substituição referida na pergunta anterior?
6. Considera o Ministério da Educação que esta situação é da sua responsabilidade?
7. O Ministério da Educação efectuou alguma avaliação dos conteúdos do “Magalhães”, ou limitou-se a distribuí-lo e promovê-lo sem mais? Se fez essa avaliação aos conteúdos, como é possível que erros tão grosseiros e repetidos não tenham sido detectados?
8. A não se tratar de uma situação pela qual é responsável o Ministério da Educação, quem são então as entidades sobre as quais recai esta responsabilidade?

Palácio de São Bento, 4 de Março de 2009

O Deputado